

Polícias Militares

PGR recomenda punições a Estados que não adotam câmeras corporais

Procuradoria-Geral sugere à Justiça que equipamento seja critério obrigatório para o repasse de recursos federais

PEPITA ORTEGA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recomendou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que sejam estabelecidas punições, com graduação de responsabilidade, para casos de policiais que deixem de usar ou usem inadequadamente câmeras corporais. “O uso indevido das câmeras sem a devida sanção dificilmente acarretará a efetividade de sua implementação”, alerta o Ministério Público Federal.

O órgão sugere ainda que a implementação de câmeras corporais pelos órgãos de segurança dos Estados seja um critério obrigatório para o repasse de re-

ursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional – verbas que abastecem as Secretarias de Segurança Pública do País.

OFÍCIO. As indicações constam de ofício encaminhado à pasta pela coordenadora da Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional, Elizeta Ramos. O documento narra sugestões elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional Contra o Racismo na Atividade Policial.

O Ministério está em fase de transição. Em breve, quem assumirá a pasta é o ministro Ricardo Lewandowski, que escolheu o procurador-geral de Justiça Mário Luiz Sarrubbo para o posto de Secretário Nacional de Segurança Pública. Nesse ínterim, o órgão abriu uma consulta pública sobre proposta de portaria que trata da Diretriz Nacional sobre Câmeras Corporais em Segurança Pública. Na lista de sugestões à Justi-

PF apreendeu R\$ 1 mi em moeda estrangeira com alvo do caso Abin

A Polícia Federal (PF) apreendeu o equivalente a R\$ 1 milhão em moeda estrangeira com um dos alvos da investigação sobre o aparelhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A quantia foi encontrada na Operação Última Milha, primeira ação ostensiva da PF na investiga-

ção, o Ministério Público Federal argumenta que o acionamento das câmeras sem possibilidade de escolha pelo policial é “uma medida muito mais eficaz para a redução da letalidade policial e para a transparência e prevenção da corrupção”. “Recomenda-se que essa modalidade seja a única cabível, so-

ção, em outubro de 2023.

O material apreendido na ocasião levou a PF a pedir autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para fazer buscas na casa e no gabinete do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Abin, e de outros investigados no caso. Os mandados foram cumpridos na quinta-feira passada. O deputado nega irregularidades.

O parecer enviado ao STF põe sob suspeita a apreensão do dinheiro na etapa anterior. ● RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO

bretudo em caso de policiamento ostensivo”, diz o texto.

ARMAZENAMENTO. A Procuradoria também fez sugestões quanto ao período pelo qual os registros das câmeras deve ser armazenados. O rascunho da portaria submetida à consulta pública previa um intervalo de

90 dias, mas o MPF defende a ampliação do prazo.

Argumenta que, no caso de investigações em curso, ele deve corresponder, no mínimo, à duração do inquérito e eventual processo judicial. Também é proposto um intervalo de cinco anos para gravações de ocorrências com resultado morte e lesão corporal grave.

Politicizado desde a campanha eleitoral de 2022, o debate sobre adoção das câmeras nos uniformes das PMs ganhou um novo capítulo no início do ano. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que não iria investir recursos públicos na instalação de mais câmeras nas fardas e alegou que esse tipo de equipamento não protege o cidadão.

Na sequência, o Ministério da Justiça – que, ao longo do primeiro ano sob Dino, não conseguiu cumprir a promessa de aumentar repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública para Estados que implantassem a medida – anunciou “diretrizes nacionais” para o uso de câmeras.

Na última segunda-feira, Tarcísio, porém, afirmou que avalia a possibilidade de adquirir mais câmeras corporais para os policiais militares do Estado, relacionando o investimento ao programa estadual de segurança pública “Muralha Paulista”. ●

ISSO É SER MDLZ

A Mondelēz International é líder mundial em snacks com marcas líderes no Brasil como Lacta, Bis, Club Social, Oreo, Tang, entre muitas outras. Essa liderança só é possível por conta do time de talentos, feito de pessoas diversas, inovadoras, éticas, que promovem equidade e inclusão. Porque fazer o que é certo está em nosso DNA.

Conheça um pouco mais sobre a empresa e como atua no Brasil.

Acesse o hub

ESTADÃO BLUE STUDIO

Mondelēz International
SNACKING MADE RIGHT

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PRESSEADRE.COM.BR - 11 504 279 4004
COPRIGHT 2023 BY MONDELÉZ INTERNATIONAL